



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº 10855.002323/00-69
Recurso nº 132.114 Voluntário
Matéria FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Acórdão nº 301-34.271
Sessão de 30 de janeiro de 2008
Recorrente CENTER COMERCIAL MOUCACHEN LTDA.
Recorrida DRJ/RIBEIRÃO PRETO/SP

ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES

ANO-CALENDÁRIO: 1990, 1991, 1992

FINSOCIAL - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - DECADÊNCIA

Com arrimo em precedentes da CSRF, prevalece o entendimento que a contagem do prazo de 5 (cinco) anos para propor o pedido de restituição do Finsocial iniciou-se em 31/08/1995, com a publicação da Medida Provisória nº 1.110 de 30/08/1995, sendo o seu termo final o dia 31/08/2000.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Vencido o conselheiro Luiz Roberto Domingo.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO, Presidente

RODRIGO CARDozo MIRANDA – Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Luiz Novo Rossari, João Luiz Fregonazzi, Susy Gomes Hoffmann e Patrícia Wanderkoke Gonçalves (Suplente). Ausente a Conselheira Irene Souza da Trindade Torres.

Relatório

Cuida-se de recurso voluntário interposto por Center Comercial Moucachen Ltda. (fls. 102 a 124) contra acórdão da Colenda 4ª Turma de Julgamento da DRJ de Ribeirão Preto – SP, que, por unanimidade de votos, indeferiu a solicitação de restituição/compensação (fls. 93 a 99).

Iniciado o julgamento nesta Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, a Ilustre Relatora Atalina Rodrigues Alves assim relatou o presente processo, *verbis*:

Trata o processo de pedido de restituição de valores que teriam sido indevidamente recolhidos a título de contribuições para o FINSOCIAL, no período de 01/10/90 a 05/09/91, em conformidade com leis posteriormente declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

O pleito, protocolizado em 10/10/2000, foi indeferido pela Delegacia da Receita Federal em Sorocaba, nos termos do Despacho Decisório de fl. 36, sob o fundamento de que já havia transcorrido o prazo de (cinco anos) contados desde a data da extinção do crédito tributário até a protocolização do pedido.

Devidamente cientificada do despacho decisório, a interessada apresentou a impugnação de fls. 41 a 51, alegando, em síntese, que o prazo de cinco anos para pleitear a restituição deve ser contado a partir da extinção do crédito, que no caso do FINSOCIAL ocorre com a homologação tácita que se opera em cinco anos contados da data do fato gerador, resultando em 10 anos o prazo prescricional. Trouxe à colação jurisprudência nesse sentido.

*A 4ª Turma De Julgamento da DRJ/Ribeirão Preto/SP, indeferiu a solicitação da interessada por meio do Acórdão DRJ/RPO nº 6.742, de 10/12/2004, proferido às fls. 93/99, cuja fundamentação base encontra-se consubstanciada na sua ementa, *verbis*:*

Assunto: Outros Tributos ou Contribuições

Ano-calendário: 1990, 1991, 1992

Ementa: FINSOCIAL. RESTITUIÇÃO

O prazo de repetição de indébitos tributários é de cinco anos contados da data do recolhimento.

JULGAMENTO. VINCULAÇÃO

A autoridade julgadora de primeira instância está vinculada ao entendimento da SRF, expresso em atos tributários, e aos Pareceres da PGFN aprovados pelo Ministro da Fazenda.

INDÉBITO. COMPROVAÇÃO.

A comprovação dos créditos pleiteados incumbe ao contribuinte, por meio de prova documental apresentada na impugnação.

Solicitação indeferida.

Cientificada do Acórdão que lhe indeferiu o pleito, a interessada interpôs recurso voluntário a este Conselho (fls. 102/124), no qual reitera as razões e argumentos de defesa expendidos na impugnação, trazendo à colação jurisprudência no sentido de que no caso do FINSOCIAL, cujo lançamento é por homologação, a extinção do direito de pleitear a restituição ocorre após decorridos 05 anos, a contar da homologação tácita, não tendo havido homologação expressa.

Esta Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, ao seu turno, através da Resolução nº 301-1.575 (fls. 136 a 139), resolveu converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, na forma do voto da Ilustre Relatora Atalina Rodrigues Alves, a seguir transcrita:

Conforme relatado, trata o processo de pedido de restituição de valores que teriam sido indevidamente recolhidos a título de contribuições para o FINSOCIAL, no período de 01/10/90 a 05/09/91, em conformidade com leis posteriormente declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

No mérito, a solicitação da interessada foi indeferida por meio do Acórdão DRJ/RPO nº 6.742, de 10/12/2004, proferido às fls. 93/99, ao fundamento de que "a comprovação dos créditos pleiteados incumbe ao contribuinte, por meio de prova documental apresentada na impugnação."

Considerando que não há nos autos elementos suficientes para formar minha convicção acerca do litígio, com fundamento no art. 29 do Decreto nº 70.235/72, voto no sentido de converter o julgamento em diligência à repartição de origem, para que sejam apurados junto à interessada, com base na documentação hábil, eventuais créditos de FINSOCIAL em razão de recolhimentos com alíquota superior a 0,5% no período de 01/10/90 a 05/09/91.

Cumpre esclarecer que a interessada deverá ser cientificada do resultado da diligência, para fins de se manifestar e exercer seu pleno direito de defesa. (destaques nossos)

Baixados os autos, e com base na documentação acostada pelo contribuinte, a autoridade fiscal apurou créditos de FINSOCIAL em razão de recolhimentos com alíquota superior a 0,5%, conforme Demonstrativo de Apuração de Débitos e Demonstrativo de Amortizações (fls. 206 a 225).

O contribuinte, em seguida, através da Impugnação de fls. 227 a 232, manifestou a sua não concordância com os valores apurados, juntando novas planilhas de cálculo.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rodrigo Cardozo Miranda, Relator

Inicialmente, no tocante ao resultado da diligência determinada por esta Colenda Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, restou comprovada a existência de créditos de FINSOCIAL em razão de recolhimentos com alíquota superior a 0,5% no período de 01/10/90 a 05/09/91 (fls. 206 a 225; fls. 227 a 232).

Sendo assim, a única questão que remanesce é a que diz respeito ao prazo decadencial para restituição do FINSOCIAL.

No que tange a esta matéria, o Conselho de Contribuintes já se manifestou de forma iterativa na esteira do seguinte precedente:

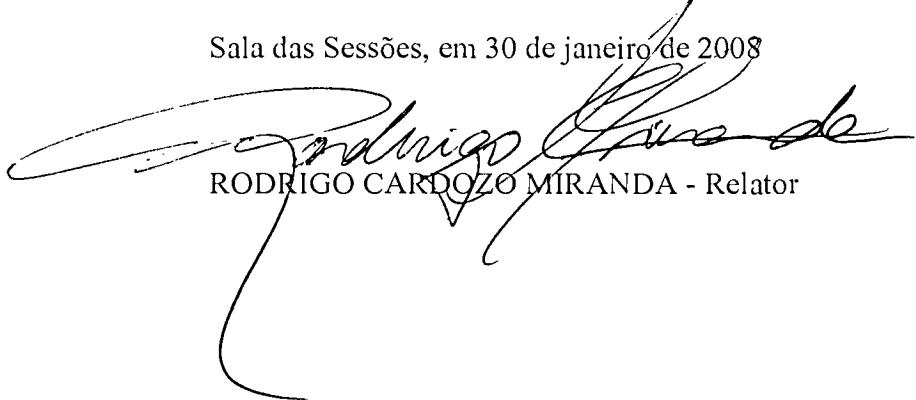
Número do Recurso:	301-131875
Turma:	TERCEIRA TURMA
Número do Processo:	13706.001916/00-09
Tipo do Recurso:	RECURSO DE DIVERGÊNCIA
Matéria:	FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Recorrente:	FAZENDA NACIONAL
Interessado(a):	FERRAMENTAS E LOUÇAS SÃO JOSÉ LTDA.
Data da Sessão:	12/11/2007 14:30:00
Relator(a):	Anelise Daudt Prieto
Acórdão:	CSRF/03-05.530
Decisão:	OUTROS - OUTROS
Texto da Decisão:	1) Pelo voto de qualidade, NEGAR provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional. Prevaleceu o entendimento que a contagem do prazo de 5 (cinco) anos para interpor o pedido de restituição do Finsocial iniciou-se em 31/08/1995, com a publicação da Medida Provisória nº 1.110 de 30/08/1995. Em face da proposição de três teses distintas, na primeira votação ficaram vencidos os Conselheiros Anelise Daudt Prieto e Antônio José Praga de Souza, que davam provimento integral ao recurso, sob o entendimento que esse prazo tem como marco final a publicação do Ato Declaratório SRF nº 96, em 30/11/1999. Em segunda votação foram vencidos os Conselheiros Judith do Amaral Marcondes Armando, Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro e Valmir Sandri, para os quais esse prazo é de 10 (anos), contados da ocorrência de cada fato gerador (tese dos "cinco + cinco"), e davam provimento parcial ao recurso. O Conselheiro Antônio José Praga de Souza, vencido na primeira votação, acompanhou a tese vencedora.2) Pelo voto de qualidade, foi determinado o retorno dos autos à Delegacia da Receita Federal (DRF) de origem, para enfrentamento do mérito, podendo o Contribuinte, se discordar da nova decisão, interpor manifestação de inconformidade dirigida à DRJ, vencidos os Conselheiros Otacílio Dantas Cartaxo, Marciel Eder Costa, Anelise Daudt Prieto e Valmir Sandri que determinavam o retorno dos autos à DRJ. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Susy Gomes Hoffman.

Desta feita, com base no precedente da CSRF acima aludido, prevalecendo o entendimento que a contagem do prazo de 5 (cinco) anos para propor o pedido de restituição do Finsocial iniciou-se em 31/08/1995, com a publicação da Medida Provisória nº 1.110 de 30/08/1995, depreende-se que o termo final é o dia 31/08/2000.

Ocorre, entretanto, que no presente caso o contribuinte formulou e protocolizou o seu pedido de restituição em **10/10/2000**. Assim, nos termos acima expendidos, a pretensão do contribuinte está fulminada pela decadência.

Por conseguinte, em face de todo o exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 2008


RODRIGO CARDOZO MIRANDA - Relator